

A POSIÇÃO DE ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS E ÁLVARO BORGES VIEIRA PINTO SOBRE A REFORMA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

Michelle Fernandes Lima¹
Regina Maria Michelotto²

RESUMO

A compreensão das políticas para a educação superior, perpassa a identificação dos diferentes grupos sociais e suas respectivas propostas para as possíveis alterações nos rumos das universidades brasileiras. Considerando esse aspecto, buscamos em duas pesquisas distintas ao longo da nossa formação acadêmica, conhecer e analisar a posição de dois importantes pensadores sobre a reforma universitária de 1968. Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), professor da Universidade de São Paulo, conhecido pensador no meio educacional brasileiro e Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), membro ativo do processo das discussões sobre a Reforma Universitária, defendendo, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a proposta de uma universidade inovadora que propusesse soluções na direção de uma sociedade socialista. Buscamos nesse artigo, apontar a posição dos pensadores mencionados sobre o debate sobre a reforma da universidade brasileira na década de 1960.

Palavras-chave: Reforma. Universidade. Roque Spencer Maciel de Barros. Álvaro Borges Vieira Pinto.

INTRODUÇÃO

Diferentes grupos e atores participaram e apresentaram propostas para a reformulação das universidades na década de 1960. Esse contexto de luta pela reforma das universidades, Veiga (1982) identificou três propostas, por ela denominadas de *tradicionalista*, *modernizante* e *radical*³. A partir da identificação dessa autora,

1 Professora Dra. do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual do Centro Oeste (Irati-PR).

2 Docente da Universidade Federal do Paraná.

3 Laura da Veiga entende por propostas alternativas o seguinte: “[...] Aqui definem-se como projetos alternativos aqueles que foram elaborados ao longo dos movimentos sociais, muitas vezes por diferentes atores, mas que traziam elementos de continuidade, sendo, portanto, considerados como refinamentos e detalhamentos de uma mesma concepção

que consideramos a posição de Roque Spencer Maciel como "tradicionalista" e a de Álvaro Vieira Pinto como "radical".

Veiga assinala (1982, p. 31) que a complexidade dos processos e eventos que estavam na raiz da crise brasileira desta época dificulta, tanto o definir o que pode ser considerado como o mais fundamental na deflagração e aprofundamento de tensões particulares quanto o estabelecimento de alianças dos grupos nelas envolvidos. O processo de elaboração das propostas de reforma universitária se deu de forma similar. As três alternativas emergiram no bojo dos movimentos sociais que se configuravam através de ações e reações de professores universitários, de intelectuais ligados a associações do tipo da Associação Brasileira de Educação, da campanha em defesa da escola pública, da sociedade brasileira para o progresso da ciência, para citar somente algumas instâncias, onde nas quais críticas, defesas e propostas eram formuladas e divulgadas.

A opção pelo estudo do pensamento e ação de Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999) na reforma universitária de 1968 foi motivada por alguns aspectos que o destacaram em relação aos outros membros do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU). Primeiro, porque Barros é um autor pouco estudado na historiografia da educação brasileira; segundo, por ter sido um ator ativo nesta história. Ativo pela sua participação na luta pela escola pública na década de 1950, e na reestruturação das universidades brasileiras, tanto na Reforma da Universidade de São Paulo, como membro do GTRU, elemento ativo neste processo. Terceiro, observamos, pelas leituras realizadas, a sua filiação liberal, aspecto de grande relevância por indicar a possível influência dos liberais na Reforma Universitária de 1968.

Já a opção pelo estudo do pensamento político de Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) nas discussões acerca dos rumos da universidade na década de 1960 se deu por ter ele sido um dos membros ativos do processo das discussões sobre a Reforma Universitária, defendendo, juntamente com a União Nacional dos Estudantes (UNE), a proposta de uma universidade inovadora que propusesse soluções na direção de uma sociedade socialista. Sua posição sobre os rumos da universidade brasileira fica explícita no livro "A questão da universidade" (1962), publicado pela UNE (União Nacional dos Estudantes).

da universidade" (VEIGA, 1982, p. 26).

O estudo do pensamento dos autores mencionados, não se encerrou na pesquisa da vida e obra do autor; buscamos compreender o objeto nas suas múltiplas determinações. Como o próprio Marx mostra, deve-se partir de homens ativos que fazem parte e modificam o processo histórico. Gramsci (1981) dá orientações metodológicas para a realização de uma pesquisa que tenha por objeto o pensamento de determinado autor. Ele auxilia, ao pontuar que o primeiro passo seria a reconstrução do processo de desenvolvimento intelectual do referido pensador, com o objetivo de destacar elementos estáveis que foram assumidos como pensamento próprio e também elementos provisórios que influenciaram o pensador durante determinado período.

Estes pressupostos permitiram a apreensão do pensamento de Barros e Vieira Pinto no contexto em que foram produzidos. Buscamos as determinações mais significativas do pensamento desses autores para a elaboração das investigações realizadas. Para o desenvolvimento das pesquisas, utilizamos fontes documentais primárias e secundárias. As primeiras constituídas de obras de Roque Spencer Maciel de Barros e Álvaro Vieira Pinto, relacionadas ao objeto de investigação, textos de outros autores do período que também escreveram sobre a questão da universidade, textos legais, relatórios e periódicos da época. Como fontes secundárias, foram estudados textos de história da universidade no Brasil, textos sobre a Reforma Universitária de 1968 e obras sobre a história da educação e a conjuntura econômica, política, social, cultural e ideológica da década de 1960.

Apresentamos nesse artigo uma breve síntese das pesquisas realizadas sobre esses dois importantes atores no processo de discussão da reforma universitária na década de 1960, dando destaque à posição dos mesmos em relação aos rumos da universidade brasileira na década de 1960.

A POSIÇÃO “TRADICIONAL” NA REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 NA VOZ DE ROQUE SPENCER MACIEL DE BARROS

Na pesquisa realizada nos propomos compreender o pensamento e a ação de Roque Spencer Maciel de Barros acerca da Reforma Universitária de 1968. Na busca desta compreensão, houve

a preocupação de não estudar o autor por ele mesmo, mas por meio do entendimento de que seu pensamento e ação foram frutos de um contexto histórico específico. Outra preocupação que acompanhou a trajetória de elaboração da pesquisa foi a de não fazer nenhum um tipo de “julgamento moral” a respeito do pensamento e da ação do autor, mas compreender que este pensamento representou, num dado momento histórico, os ideais de determinado grupo, que possuía interesses próprios. Neste sentido, o posicionamento do autor não é neutro, porque revela a sua perspectiva teórica diante da sociedade, do homem e da educação, que não é exclusiva deste autor, mas de determinado grupo social.

Foi a partir destes pressupostos que a análise do pensamento de Barros acerca da universidade e da sua reforma foi realizada. Durante o estudo desta temática, identificaram-se alguns elementos essenciais que elucidaram seu pensamento e, ao mesmo tempo, evidenciaram suas contradições. Os elementos são: liberdade, democratização e totalitarismo. Por que estes elementos? Estes elementos não foram expostos nos seus escritos de forma isolada, mas numa relação muito próxima e dependente.

A liberdade é um dos elementos centrais nas suas obras e fundamental para a compreensão do tema da Universidade. Para ele, o modelo ideal de universidade é o liberal, que tem como fundamento o cultivo da liberdade, levando o homem a tornar-se singular e capaz de fazer suas escolhas.

Barros defendia a universidade como uma instituição essencial numa ordem liberal, pois formaria uma elite espiritual que valorizaria o “amor à verdade e o apelo à razão”. Este espaço era considerado, na sua visão, como criador e conservador da cultura, e que seria eminentemente público no sentido de financiamento e também no sentido de controle da disciplina e da ordem. A Universidade deveria ser destinada a um pequeno grupo de espíritos elevados, que não desvirtuariam sua missão trazendo para dentro dela problemas sociais, principalmente movimentos como greves e passeatas.

Esta universidade estava sendo ameaçada por dois fenômenos históricos: a democratização e o totalitarismo.

A democratização, ou seja, a popularização da universidade levaria a um desvirtuamento de sua missão de criação e conservação da cultura. Barros (1971, p. 251) expôs este posicionamento de forma muito clara no livro *Ensaio sobre educação*:

De fato, por um lado se exige a “democratização da educação superior”, o que equivale não propriamente, o que seria, mais do que justo, excelente, a uma democratização das oportunidades de educação, mas à declaração do direito de todo o indivíduo a cursar a Universidade, ainda que esta tenha de descer até ele, ao invés de subir ele, até alcançá-la, se tiver qualidade para tanto. De outra parte, se subordina a Universidade aos fins imediatistas da civilização de massas. E ela é sufocada por ambos propósitos. Roubam-lhe o caráter de instituição de “elite espiritual”, negam-lhe o valor supremo que lhe justificara a existência.

Nesta citação, verifica-se o caráter elitista da Universidade na acepção de Barros, pois o ensino deveria ser público mas não destinado a todas as pessoas e, sim, àqueles portadores de um espírito elevado; em outras palavras, pessoas que possuíssem condições materiais para adquirir uma formação de qualidade no ensino fundamental e médio.

Esta democratização, reivindicada no contexto de reforma das universidades, na década de 1960, causaria, para o autor, a negação do modelo de Universidade Liberal defendido nos seus escritos.

A outra grande ameaça a esta universidade seria a instauração de um governo totalitário, entendido por ele como *comunismo ou fascismo*. Enfatizava que este modelo retira a liberdade dos homens e escraviza o seu pensamento por meio da centralização do poder e da homogeneidade do pensamento. Conceituou o totalitarismo como:

Na sua significação mais profunda, todos os totalitarismos se equivalem, todos não fazem senão um: opostos na aparência, move-os o mesmo desejo de apagar a consciência, de suprimir a liberdade, de eliminar a individualidade. E o homem que apostou na condição humana não poderá ser enganado pelo totalitarismo que, para conquistá-lo, procure convencê-lo de que todo o mal se acha apenas em uma forma totalitária qualquer. Porque esta é apenas uma das cabeças da mesma hidra devoradora do homem concreto, trágico e singular, livre e humano (BARROS, 1971b, p. 336).

Barros, nos seus escritos, posicionou-se contra o totalitarismo e demonstrou que ele é uma ameaça às universidades liberais e que pode destruir a capacidade de pensamento e de escolha dos homens. O totalitarismo se mostra como ameaça para a Universidade Liberal, porque esta só sobreviveria numa ordem liberal. Estas ameaças à Universidade, a democratização e o totalitarismo, identificados nos escritos do autor, permitem o levantamento de algumas questões que podem demonstrar algumas contradições do seu pensamento.

A primeira questão que pode ser levantada é referente ao posicionamento favorável do autor às ações autoritárias do período da ditadura militar, um governo que foi extremamente centralizador, que perseguiu, que matou pessoas inocentes, que queria retirar a possibilidade de posturas contrárias, que exilou, enfim, que criou todo um arcabouço ideológico em torno de uma suposta ameaça do comunismo no Brasil. A ditadura militar, na visão de Barros, não seria uma forma totalitária de governo? Também não suprimiu a liberdade de pensamento tão defendida por ele?

A resposta a esta questão pode ser identificada nas ações e escritos de Barros, no contexto da ditadura, que demonstraram a aceitação do autor em relação ao governo militar. Este governo, ideologicamente, lutava contra o “perigo vermelho”, ou seja, contra o comunismo. Como representante de determinado grupo – os liberais – ele também se opôs ao comunismo, de forma muito clara, nos seus escritos, compartilhando o mesmo medo do governo militar.

Diante disso, a participação de Barros no GTRU revela a sua aceitação da Reforma realizada no governo militar, que trouxe para dentro das universidades o modelo empresarial e não o modelo que permite a pesquisa, a reflexão e a crítica, ou seja, uma função social. O que denota esta participação?

A sua ação não se torna contraditória quando se analisa a trajetória dos liberais no Brasil. Pois, na concepção liberal, não existe somente um grupo que pensa da mesma maneira, mas sim diversos grupos que na luta pela conservação do modo de produção capitalista, divergem em alguns aspectos e se fundamentam em autores diferentes. Por outro lado, há algo que se tornou homogêneo na constituição destes grupos: a busca insaciável do lucro e a defesa da propriedade privada. Todos concordam em conservar as relações capitalistas de produção e defender a liberdade tão apregoada na Revolução Francesa, ou seja, a liberdade formal.

Neste sentido, Barros não se opôs ao governo militar e nem à Reforma Universitária de 1968, porque estes fatos não alteraram a base da sociedade burguesa e nem destruíram a divisão de classes. Vale salientar que a defesa do capitalismo no seu pensamento é marcante, pois ele acreditava que, nesta ordem, as liberdades pessoais, econômicas e políticas seriam garantidas. Mas será possível a liberdade numa ditadura militar? Como é possível a liberdade econômica numa sociedade baseada na propriedade privada?

O estudo do pensamento de Barros permite dizer que esta “liberdade” não se efetivou e não se efetiva numa sociedade capitalista, especialmente a liberdade material. Como ser livre se grande parte da população tem que vender sua força de trabalho para se manter vivo? Que liberdade é essa que permite somente a uma elite espiritual fazer parte da universidade? Que liberdade é essa que calou vozes por meio de perseguições, torturas e mortes?

O conceito de liberdade, tão defendido por Barros, relativiza-se quando se observam as suas ações, pois não negou o governo militar e nem as medidas tomadas por ele. Nesse sentido, pode-se perguntar: que liberdade é essa que não permitiu a livre expressão e a crítica da ordem existente? E ainda, como se traduz, na prática, a liberdade apreçoada pelo autor?

Pode-se, então, dizer que ele foi representante de um determinado grupo: os liberais. Liberais que defendiam o aspecto ético e filosófico desta doutrina, mas não questionavam o limite da efetivação da liberdade na sociedade burguesa. Também defendeu uma educação superior pública, mas não destinada a todos, e sim para uma elite. Participou de forma ativa na reestruturação das universidades na década de 1960, enquanto muitos professores da mesma instituição em que ele atuava (USP) foram exilados, torturados e presos. Dentre as diferentes propostas para a universidade na década de 1960, defendeu o grupo que estava no poder, referendou uma reforma que já estava dada. Neste sentido, não atentou para a tendência burocratizante e autoritária das políticas do período militar.

Observamos no estudo realizado que o pensamento de Barros influenciou na reforma pelos princípios apresentados no documento, pelo seu posicionamento dentro da Universidade de São Paulo e pelos artigos que escreveu no jornal *Estado de São Paulo*, em que manifestou a sua aceitação àquela forma de governo e à reforma realizada por ele.

O PENSAMENTO “RADICAL” DE ÁLVARO VIEIRA PINTO NO DEBATE DA REFORMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1960

Numa posição contrária à de Roque Spencer Maciel de Barros, explicitada acima, Vieira Pinto defende aspectos como: democratização e transformação social, considerados por Barros ameaças ao futuro das universidades brasileiras.

A posição política de Vieira Pinto acerca da universidade e de sua reforma pode ser identificada pela defesa de um movimento que vá além dos aspectos institucionais. A denúncia do caráter elitista dessa instituição e a colocação do problema da reforma numa perspectiva crítica e radical foi a posição assumida por muitos estudantes após 1962, em parte por influência de Vieira Pinto.

A obra deixada por esse autor foi escrita num contexto de luta pela superação do subdesenvolvimento, considerado como a contradição principal que necessitava ser resolvida. As críticas que fez à Universidade e as proposições apresentadas são valiosas para a análise da reforma atual, que diferentemente do movimento da década de 1960, é algo que ocorre por diversos projetos de lei, sem contar efetivamente com a participação das “massas”, como ele dizia.

Podemos observar que esse pensador, na totalidade das suas obras, perseguiu e defendeu a necessidade de uma “consciência” da realidade. Essa tomada de consciência não é algo “idealista” e sim resultado das condições peculiares de nosso país, especialmente a partir de 1950. Nos escritos anteriores ao golpe, deixou clara sua posição sobre a possibilidade de superação do subdesenvolvimento, a partir de um projeto nacional conduzido pelas massas. Não escreveu somente, mas defendeu posições radicais para o momento histórico, com diversos setores da esquerda. Isso lhe rendeu o exílio até 1968, no Chile e na Iugoslávia, quando não cessou suas produções, mas aprofundou aspectos anteriormente elaborados, como por exemplo, a questão do trabalho, da tecnologia e, com destaque, o subdesenvolvimento.

Consideramos que Vieira Pinto pode ser lembrado pela luta por aqueles que são explorados e que assumiu de fato a posição de um filósofo preocupado com a transformação social. Isso ficou

evidente quando afirmou, na obra "A Questão da Universidade", que não estava preocupado com aqueles que estão na universidade e sim com aqueles que dela não podem usufruir.

A Lei n. 5540 que reformou as universidades brasileiras em 1968 completa quarenta e cinco anos. Várias mudanças ocorreram no quadro da educação superior, mas muitos desafios ainda merecem ser discutidos e analisados. Álvaro Vieira Pinto, participou ativamente do debate em prol da reforma universitária e defendeu uma posição que consideramos, resguardadas as especificidades históricas atuais, pode orientar ou até mesmo fundamentar estudos e pesquisas sobre essa temática.

Ao estabelecer como proposição central da obra "A Questão da Universidade" a reforma dos conteúdos de classe da universidade, Vieira Pinto considera que não se trata de "reformá-la" ou "mudá-la de forma". Sua luta e posição política não era pela reforma e sim pelo seu "reconteúdo", que pudesse permitir às "massas" o ingresso no domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses. Entendemos que essa luta ainda persiste nos dias atuais. Muito embora, em termos quantitativos, possamos observar uma ampliação, na essência a universidade ainda atende, principalmente, aos anseios e necessidades da classe dominante. Um dado importante a ser considerado é que ainda temos um número expressivo de analfabetos no Brasil: 12,9 milhões. Vieira Pinto, em 1962, já afirmava que no Brasil a universidade "tem de ser dos ainda analfabetos, do contrário não é do país (PINTO, 1962, p. 159)". Alerta que essa defesa deixará de ser utópica quando a universidade tiver consciência de sua dependência das massas trabalhadoras, não se julgando apenas uma elite santificada "[...] compreenderá que a ela pertencem não apenas os 'alunos que estudam', mas os milhões de 'alunos que não estudam', e por ora não tem nem sequer esperança de um dia estudar (PINTO, 1962, p.160)".

O movimento pela reforma universitária na década de 1960 ocorreu de maneira distinta, em relação à reforma atual, que, como vimos, é caracterizada por inúmeras leis e projetos isolados que alteraram a forma da universidade, mas não seu conteúdo. Sobre esse aspecto, Vieira Pinto apresentou significativas reflexões.

A função da universidade é algo de destaque na obra de Vieira Pinto e permite refletir sobre o caráter pragmático e muitas vezes alienador presente nos cursos superiores na atualidade. Esse

pensador defende que é necessário converter as universidades em um instrumento capaz de criar uma nova consciência estudantil, “[...] interessada em modificar a estrutura social antiga e injusta, substituindo-a por outra humana e livre (PINTO, 1962, p.16)”.

Hoje, que função a universidade assume no contexto marcado por contradições, miséria material e intelectual? Não estamos afirmando com isso que esta instituição é capaz de alterar as bases materiais, mas pode com certeza ser um espaço de resistência, luta e questionamento social. Observamos que há uma defesa sobre a importância da educação superior, no entanto, o que se está assistindo no ensino superior é um verdadeiro esfacelamento das universidades públicas, o que prepara um cenário ideal para a privatização dessas instituições.

Uma outra lição deixada por Vieira Pinto trata do “fenômeno da expulsão”, entendido não como uma simples “proibição”, pois “os alunos que não entram na universidade só têm este destino porque as condições da sociedade brasileira atuam positivamente sobre eles, impedindo-os de alcançar os requisitos mínimos de cultura para a etapa mais alta dos estudos (PINTO, 1962, p.28)”. Esse fenômeno ainda é presente na atualidade e possibilita pensarmos sobre como se dá a entrada dos jovens na universidade. A procura por cursos noturnos que possibilitem combinar estudo e trabalho foi e ainda é uma das alternativas para o acesso à universidade; o vestibular pode ser considerado, como afirma Vieira Pinto, “fogo de barragem” que exclui milhares e jovens; entretanto, mecanismos como o Exame Nacional de Cursos (ENEM), mecanismo que utilizado por universidades públicas para o acesso dos jovens.

Vieira Pinto demonstra sua preocupação com a democratização da educação, condenando a chamada “predestinação universitária”.

O aluno, ao iniciar a escola primária, tão-somente por isso, já está habilitado a ingressar um dia na universidade. Só não pensa assim quem acredita que a escola primária se destina apenas a alfabetizar a massa dos trabalhadores, para os fazer trabalhar melhor para os seus atuais senhores, porém deixando-os nas condições de cultura rudimentar em se encontram atualmente. A sociedade atual cultiva, como privilégio de classe, a ‘predestinação universitária’. A autêntica democratização do ensino consiste precisamente em extinguir a predestinação

universitária. Para tanto, é necessário que o processo educacional, em todas as suas fases, seja franqueado às massas trabalhadoras na totalidade, e estas atravessem, portanto, sem obstáculos intransponíveis os pórticos da faculdade (PINTO, 1962, p.158).

Essa ideia nos remete às recentes políticas para a educação superior. Diversos projetos e programas foram criados para possibilitar o acesso de um número maior de jovens na universidade, mas esse aumento de matrículas se concentra, em grande parte, nas instituições privadas, e na sua maioria, em faculdades que não se organizam em torno da pesquisa, ensino e extensão e oferecem um ensino mais precário. Nas instituições privadas, programas como: Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Sistema de Cotas, entre outros, buscam amenizar esse processo de exclusão, mas ainda carecem de muita melhoria, reforma e/ou aperfeiçoamento.

Vieira Pinto, nos alerta, para pensarmos uma “autêntica democratização” que, de fato, proporcione a todos, sem privilégio de classe, o acesso a todos os graus de ensino. Ao defender essa ideia, o autor não é ingênuo e reconhece que esse processo só pode ocorrer concomitantemente às demais exigências sociais, que naquele momento se colocavam em torno das reformas de base.

A principal defesa de Vieira Pinto refere-se à reforma da universidade com vistas à democratização do saber. O autor considera que a essência desse processo consiste em: “[...] impedir a reprodução da classe dominante, a qual tem na Universidade sua fábrica mais importante, no que se refere aos expoentes intelectuais (PINTO, 1962, p. 121)”.

APONTAMENTOS FINAIS

Reiteramos, a partir das pesquisas realizadas, que Roque Spencer pode ser considerado como representante de um determinado grupo: os liberais, que defendiam o aspecto ético e filosófico desta doutrina, mas não questionavam o limite da efetivação da liberdade na sociedade burguesa. Barros defendeu uma educação superior pública, mas não destinada a todos e sim para uma elite espiritual. Participou de forma ativa na reestruturação das universidades de

1960, enquanto muitos professores da mesma instituição em que ele atuava (Universidade de São Paulo) foram exilados, torturados e presos. Enfim, defendeu o grupo que estava no poder e referendou uma reforma que já estava dada pelo governo.

Já Vieira Pinto, assumiu uma proposição radical para os rumos da universidade brasileira, ao defender a reforma dos conteúdos de classe na universidade. Considera que não se trata de “reformá-la” ou “mudá-la de forma”, mas sim de se criar um “reconteúdo” que possibilite às “massas” o ingresso ao domínio da cultura, a serviço dos seus próprios interesses. A proposta de Vieira Pinto para a universidade e sua reforma, mesmo circunscrita aos limites e contradições do capital na década de 1960, nos permite observar que muitas lutas ainda permanecem, especialmente em relação à educação superior, pautada atualmente por um modelo marcado por: racionalização de recursos, avaliações gerenciais como forma de controle, flexibilização da gestão, descentralização e privatização dos sistemas educacionais.

ABSTRACT

The comprehension of the policies for superior education, permeates the identification of the different social groups and their respective proposals for the possible alterations in the route of the Brazilian universities. Considering this aspect, we sought in two distinct researches throughout our academic formation, to get to know and analyze the position of two important thinkers on the university reform of 1968. Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), professor of the São Paulo University (*Universidade de São Paulo*), notorious thinker in the educational field and Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987), active member of the discussion process on the University Reform, defending, together with the Students' National Union (*UNE*), the idea of an innovative university that would propose solutions in the direction of a socialist society. We sought in this article, to indicate the position of the mentioned thinkers about the Brazilian university reform in the 1960s.

Keywords: Reform. University. Roque Spencer Maciel de Barros. Álvaro Borges Vieira Pinto.

RESUMEN

La comprensión de las políticas para la educación superior, se ejecuta a través de la identificación de los diferentes grupos sociales y sus propuestas

de posibles cambios en las direcciones de las universidades brasileñas. Teniendo en cuenta este aspecto, buscamos por dos encuestas diferentes a lo largo de nuestra formación académica, comprender y analizar la posición de dos importantes pensadores sobre la reforma universitaria de 1968. Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999), profesor de la Universidad de São Paulo, pensador conocido en el ambiente educativo brasileño y Álvaro Vieira Pinto Borges (1909-1987), miembro activo del proceso de los debates sobre la reforma universitaria, la defensa, junto con la Unión Nacional de Estudiantes (UNE), la propuesta de una universidad innovadora para proponer soluciones hacia una sociedad socialista. Buscamos en este artículo, señala la posición de los pensadores mencionados en el debate sobre la reforma de la universidad brasileña en la década de 1960.

Palabras Clave: Reforma. Universidad. Roque Spencer Maciel de Barros. Álvaro Vieira Pinto Borges.

REFERÊNCIAS

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *Introdução à filosofia liberal*. São Paulo: Grijalbo-Edusp, 1971a.

_____. *Ensaio sobre educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Grijalbo, 1971b, p. 271-305.

GRAMSCI, Antônio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

LIMA, Michelle Fernandes. Atualidade do pensamento de Álvaro Borges Vieira Pinto para o debate sobre a reforma da universidade brasileira. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

LIMA, Michelle Fernandes. Roque Spencer Maciel de Barros: pensamento e intervenção na reforma universitária de 1968. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

PINTO, Álvaro Borges Vieira. *A questão da Universidade*. Editora Universitária, 1962.

VEIGA, Laura. *Os projetos educativos como projetos de classe*: Estado e Universidade no Brasil (1954-1964). Revista Educação e Sociedade. Campinas, n. 11, p. 25 -71, jan. 1982.

Aprovado em outubro de 2014

Publicado em março de 2015